



EDITAL Nº 092/DIE/PMSC/2019

SELEÇÃO INTERNA DE PESSOAL PARA O CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS – CFS 2019

EXAME DE AVALIAÇÃO INTELECTUAL

Leia atentamente as INSTRUÇÕES:

1. O Exame de Avaliação Intelectual terá duração máxima de **04 (quatro) horas**, incluso o tempo destinado ao preenchimento do cartão-resposta.
2. A saída das salas de prova, independentemente do motivo, bem como a retirada definitiva do grupo de realização das provas, somente poderá ocorrer depois de decorrida **01 (uma) hora** do seu início.
3. É proibido ao candidato retirar ou levar consigo o Caderno de Prova e o cartão-resposta oficial ou qualquer outro material que não seja de sua propriedade. Será permitido aos candidatos copiarem seu cartão-resposta, para conferência com o Gabarito Oficial.
4. O candidato é responsável pela conferência dos dados do seu cartão-resposta e pela verificação da correspondência do seu caderno de prova com o cartão-resposta, bem como pelo seu preenchimento correto e assinatura.
5. Confira se sua prova tem **50 questões, cada qual com 05 alternativas**.
6. Confira seus dados no cartão-resposta e o **ASSINE**.
7. O cartão-resposta é o único documento de correção, devendo ser preenchido com bastante atenção. Observe as orientações apresentadas no cartão-resposta. O mesmo não será substituído, salvo se contiver erro de impressão. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas, ou rasuradas, com corretivo, ou marcadas diferentemente do modelo estabelecido no cartão-resposta poderão ser anuladas.
8. Se o cartão-resposta contiver maior número de alternativas e/ou de questões, preencha apenas as correspondentes à sua prova; as demais ficam em branco.
9. Aguarde a autorização do fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem dele, confira o caderno de provas com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões ou falha de impressão será aceita depois de iniciada a prova.
10. Ao término da prova, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o caderno de questões e o cartão-resposta preenchido e **ASSINADO**.
11. Os **03 (três)** candidatos que terminarem a prova por último deverão permanecer na sala, e só poderão sair juntos após assinarem a ata, na qual constará o horário da saída dos mesmos.

BOA PROVA!



Esta parte destacável serve para copiar as suas respostas, somente poderá ser destacada no ato da entrega do material na mesa do fiscal.

01	<input type="checkbox"/>	02	<input type="checkbox"/>	03	<input type="checkbox"/>	04	<input type="checkbox"/>	05	<input type="checkbox"/>	06	<input type="checkbox"/>	07	<input type="checkbox"/>	08	<input type="checkbox"/>	09	<input type="checkbox"/>	10	<input type="checkbox"/>
11	<input type="checkbox"/>	12	<input type="checkbox"/>	13	<input type="checkbox"/>	14	<input type="checkbox"/>	15	<input type="checkbox"/>	16	<input type="checkbox"/>	17	<input type="checkbox"/>	18	<input type="checkbox"/>	19	<input type="checkbox"/>	20	<input type="checkbox"/>
21	<input type="checkbox"/>	22	<input type="checkbox"/>	23	<input type="checkbox"/>	24	<input type="checkbox"/>	25	<input type="checkbox"/>	26	<input type="checkbox"/>	27	<input type="checkbox"/>	28	<input type="checkbox"/>	29	<input type="checkbox"/>	30	<input type="checkbox"/>
31	<input type="checkbox"/>	32	<input type="checkbox"/>	33	<input type="checkbox"/>	34	<input type="checkbox"/>	35	<input type="checkbox"/>	36	<input type="checkbox"/>	37	<input type="checkbox"/>	38	<input type="checkbox"/>	39	<input type="checkbox"/>	40	<input type="checkbox"/>
41	<input type="checkbox"/>	42	<input type="checkbox"/>	43	<input type="checkbox"/>	44	<input type="checkbox"/>	45	<input type="checkbox"/>	46	<input type="checkbox"/>	47	<input type="checkbox"/>	48	<input type="checkbox"/>	49	<input type="checkbox"/>	50	<input type="checkbox"/>

ESTRATÉGIAS ORGANIZACIONAIS

1) De acordo com o Plano Estratégico da Corporação, assinale a alternativa **INCORRETA** quanto às cinco preocupações que constituem os valores institucionais da PMSC:

- a) CRITERIOSOS COM OS RECURSOS - A aplicação dos recursos financeiros estará alinhada com os objetivos e metas deste plano estratégico, priorizando os investimentos com impacto positivo sobre as condições de trabalho do Policial Militar e a redução da criminalidade, violência e sensação de insegurança.
- b) CONSERVADORES COM AS TRADIÇÕES - As tradições militares serão cultivadas e consolidadas pelos exemplos individuais, princípios éticos, valores e virtudes militares, a fim de criar um ambiente de cooperação e sã camaradagem entre todos os círculos hierárquicos e proporcionar o resgate da unidade institucional.
- c) CRIATIVOS COM AS AÇÕES - A criatividade nas ações de polícia ostensiva e preservação da ordem pública deve ser balizada pelo profundo conhecimento da profissão, da abrangência e complexidade de nossa missão, e voltada para a busca de resultados concretos e permanentes.
- d) CONDESCENDENTE COM A ILEGALIDADE - Todos os desvios de conduta dos integrantes da Polícia Militar serão apurados e os responsáveis, após ampla defesa e o contraditório, exemplarmente punidos.
- e) FOCADOS NA MISSÃO - Todos os nossos esforços e recursos estarão alinhados com a nossa missão constitucional - polícia ostensiva e preservação da ordem pública - e nossa razão de existir - proteger - e contribuir para que sejam desenvolvidas em sua plenitude.

2) Considerando o previsto no Plano Estratégico da Polícia Militar de Santa Catarina (2015-2016), o qual define que as prioridades, objetivos e metas estão direcionados a atender a SOCIEDADE E OS CIDADÃOS, por meio dos serviços prestados por nossa Corporação e dos resultados alcançados, e aos POLICIAIS MILITARES, no sentido de lhes garantir as condições pessoais de trabalho e o suporte organizacional necessário para prestar um serviço de qualidade, analise as proposições abaixo e assinale aquela que **NÃO CORRESPONDE** a um dos objetivos que se encontram associados às áreas de preocupação estabelecidas no citado documento:

- a) Reduzir a letalidade violenta (homicídio, infanticídio, latrocínio e resistência seguida de morte em confrontos com a Polícia Militar e Polícia Civil).
- b) Reduzir as mortes em acidentes de trânsito nas rodovias federais.
- c) Ampliar o número de BPM que condicionam o envio de policiamento a eventos mediante a realização de vistoria de segurança prévia e o atendimento das orientações decorrentes da análise policial consolidados em Laudos de Ordem Pública.
- d) Prevenir o uso/abuso de drogas lícitas e ilícitas por policiais militares, buscando minimizar os fatores de risco e ampliar os fatores de proteção.
- e) Modernizar e adequar o regulamento disciplinar à realidade atual da Corporação.

PREVENÇÃO AO CRIME

3) Segundo o livro “Análise de crime para solucionadores de problemas em 60 pequenos passos” (CLARKE, R. V.; ECK, J. E., traduzido por SOARES, A. S.; SOUZA, E., 2010), facilitadores de crime ajudam os criminosos a cometer delitos ou atos de desordem. Existem três tipos de facilitadores: Facilitadores Físicos, Facilitadores Sociais e Facilitadores Químicos. Assinale a alternativa **CORRETA** referente ao conceito de Facilitadores sociais:

- a) Podem estar prontamente disponíveis, como é o caso de pedras para os motineiros ou telefones públicos para traficantes. Ou eles podem ser adquiridos legalmente, como é o caso de muitas ferramentas usadas em arrombamentos de residências. Ou eles podem ser roubados, como é muitas vezes o caso de veículos utilizados em crimes mais graves. Encontradas as suas origens, é possível fazer algo em relação a eles.
- b) Aumentam a habilidade dos criminosos de ignorarem riscos ou proibições morais. Alguns delinquentes tomam bebidas alcoólicas ou usam drogas antes de um crime a fim de diminuir o nervosismo.
- c) Aumentam a habilidade de ladrões de transportarem bens roubados; telefones permitem que as pessoas façam telefonemas obscenos; e armas os ajudam a superar resistência a roubos.
- d) Ajudam os infratores a superar medidas preventivas que aumentam o risco ou o esforço. Podem também atuar como estímulos para o comportamento desviante.
- e) Estimulam o crime ou desordem reforçando recompensas obtidas com o crime, legitimando justificativas para prática do crime, ou incentivando o crime. Grupos de homens mais jovens, por exemplo, podem proporcionar a atmosfera social que leva ao comportamento desordeiro em eventos desportivos.

4) Conforme o livro “Análise de crime para solucionadores de problemas em 60 pequenos passos” (CLARKE, R. V.; ECK, J. E., traduzido por SOARES, A. S.; SOUZA, E., 2010), o comportamento é a segunda dimensão utilizada para classificar um problema. Especificar os comportamentos ajuda a identificar importantes aspectos do dano, intenção, e relações entre criminoso e alvo. Há seis tipos de comportamento, quais sejam:

- a) Colaborativo; Problemático; Incivildades; Perigoso; Mau uso do serviço policial; Conflitivo.
- b) Consensual; Predatório; Violento; Perigoso; Conflitivo; Mau uso do serviço policial.
- c) Conflitivo; Consensual; Incivildades; Predatório; Perigoso; Mau uso do serviço policial.
- d) Predatório; Consensual; Conflitivo; Violento; Perigoso; Uso progressivo da força.
- e) Predatório; Colaborativo; Conflitivo; Violento; Perigoso; Uso progressivo da força.

5) De acordo com a obra “Análise de crime para solucionadores de problemas em 60 pequenos passos”, (CLARKE, R. V.; ECK, J. E., traduzido por SOARES, A. S.; SOUZA, E., 2010), os facilitadores dos crimes auxiliam o cometimento de delitos ou atos de desordem pelos criminosos. Assinale a alternativa que **CONTÉM** os três tipos na obra descritos:

- a) Físicos, sociais e químicos.
- b) Físicos, mentais e químicos.
- c) Físicos, mentais e familiares.
- d) Sociais, mentais e familiares.
- e) Psicossociais, neurológicos e hereditários.

6) De acordo com a obra “Análise de crime para solucionadores de problemas em 60 pequenos passos”, (CLARKE, R. V.; ECK, J. E., traduzido por SOARES, A. S.; SOUZA, E., 2010), há medidas formatadas com vistas a aumentar o esforço do crime, isto é, aumentar as dificuldades deste. Dentre estas medidas, descritas no passo 39, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Dificultar alvos.
- b) Reduzir a frustração e o estresse.
- c) Controlar o acesso a estabelecimentos.
- d) Desviar a atenção dos infratores.
- e) Controlar ferramentas e armas.

PROGRAMAS INSTITUCIONAIS

7) A Rede Catarina de Proteção à Mulher é um Programa Institucional da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) direcionado à prevenção da violência doméstica e familiar contra a mulher, estando pautado na filosofia de polícia de proximidade e buscando conferir maior efetividade e celeridade às ações de proteção à mulher. De acordo com os Programas Institucionais da Corporação, assinale a alternativa **CORRETA** quanto à finalidade da Rede Catarina de Proteção à Mulher:

- a) Assessorar e orientar as mulheres vítimas no que se refere a dúvidas sobre a rede de proteção, direitos e a legislação vigente.
- b) Ratificar que o Policial Militar assume o papel de conciliador e orientador, transformando a realidade local com ações e encaminhamentos que possam contribuir para a pacificação de cada situação atendida.
- c) Instituir guarnição específica denominada de Patrulha Maria da Penha para qualificar o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.
- d) Estabelecer, por intermédio de solução tecnológica (aplicativo), ações de policiamento direcionadas a conferir maior efetividade e celeridade ao atendimento policial militar a mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.
- e) Fiscalizar as medidas protetivas de urgência por meio de visitas preventivas periódicas na residência da vítima e do ofensor.

8) Considerando o previsto no Marco Conceitual: Rede de Vizinhos PMSC, 2016, especificamente, em relação às premissas desta estratégia de policiamento, e, Marco Conceitual: Rede de Segurança Escolar, 2017, quanto às ações e serviços deste programa institucional, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A Patrulha escolar tem seu serviço pautado nos moldes do policiamento tradicional, atuando de maneira objetiva e pontual, com foco nos aspectos aparentes e superficiais relacionados ao ambiente escolar.
- b) A rede de vizinhos possui por premissa ser uma estratégia de policiamento. Neste sentido, não pode ser enxergada como a panaceia para todos os problemas de ordem pública. A REDE é uma dentre outras estratégias de policiamento a serem implementadas pelos comandantes locais.
- c) Uma das ações/serviços da Patrulha escolar caracteriza-se por identificar as alterações e problemas de ordem pública por Unidades de Ensino, estabelecendo ações com base no policiamento orientado ao problema.
- d) A Rede de vizinhos possui como uma de suas premissas o fortalecimento de vínculos, visto que necessita ter por finalidade o fortalecimento das relações interpessoais dos vizinhos e dos vínculos entre polícia e comunidade. A Rede serve como ferramenta de organização social para construir soluções crônicas de ordem pública de determinada localidade.
- e) A rede de vizinhos possui como uma de suas premissas ser uma ferramenta de governança e prevenção, sendo que não há como compreender a segurança pública sem a participação do cidadão. Para construção de cidades mais seguras, é imprescindível que haja a coprodução e a corresponsabilidade entre todas as forças vivas da vizinhança.

TÉCNICAS DE POLÍCIA OSTENSIVA

9) De acordo com o Manual de Técnicas de Polícia Ostensiva (3ª Edição), observando o calibre e projétil utilizado pelo oponente, algumas partes do veículo podem ser um abrigo adequado ao Policial Militar em um confronto armado. Assinale a alternativa que, no uso de veículos, **NÃO** corresponde a um ABRIGO:

- a) Atrás do veículo.
- b) Atrás da porta do veículo.
- c) Ao lado do veículo na altura das rodas.
- d) Ao lado do veículo atrás do bloco do motor.
- e) No interior do veículo atrás do motor.

10) Conforme o Procedimento Operacional Padrão CHEGADA AO LOCAL DA OCORRÊNCIA (POP 201.1.6), são considerados ERROS A SEREM EVITADOS pelo Policial Militar:

- I - Parar a Viatura defronte ao local da ocorrência.
- II - Deixar de identificar pessoas suspeitas e agentes de crime no local da ocorrência.
- III - Deixar de considerar a necessidade de apoio policial.
- IV - Confirmar à CRE/COPOM a chegada na ocorrência.
- V - Identificar o nível de risco da ocorrência a ser atendida.

- a) Apenas a alternativa IV está correta.
- b) Apenas a alternativa I está correta.
- c) As alternativas IV e V estão corretas.
- d) As alternativas II, III e V estão corretas.
- e) As alternativas I, II e III estão corretas.

11) O Manual de Técnicas de Polícia Ostensiva (3ª Edição) apresenta o Código Q para as comunicações via rádio durante o serviço operacional da PMSC. Nesse sentido, assinale a alternativa **CORRETA**:

I - QRK significa: Como está o meu sinal?

II - QRM significa: Qual a frequência ou canal de trabalho?

III - QTA significa: Como está o meu sinal?

IV - QTC significa: Prossiga, estou na escuta.

V - QRX significa: Aguarde!

a) As alternativas II e III estão corretas.

b) As alternativas II, IV e V estão corretas.

c) As alternativas I e V estão corretas.

d) As alternativas III e V estão corretas.

e) As alternativas I e IV estão corretas.

12) Conforme as disposições do Manual de Técnicas de Polícia Ostensiva da PMSC (3ª edição), acerca do conceito tático denominado “*CONE DA MORTE*”, assinale a alternativa **CORRETA**:

a) O nome “cone da morte” é decorrente exclusivamente da faixa de luz incidente em uma abertura.

b) É o conceito que define a cobertura do policial, pois, apesar de gerar proteção visual, não produz proteção balística ao operador.

c) A ação policial correta em qualquer situação é permanecer na área do “cone da morte”, denunciando sua posição.

d) O nome “cone da morte” é decorrente da silhueta e da faixa de luz projetada pela abertura de uma porta. As portas e corredores são os locais em que os agressores irão ficar atentos para reagir contra a entrada de policiais, fazendo a visada e tiros naquela direção.

e) Corredores, escadas, becos e interior da própria Vtr PM não são alguns exemplos de cones da morte.

13) O Manual de Técnicas de Polícia Ostensiva da PMSC (3ª edição) estabelece conceitos e procedimentos que regulam o POLICIAMENTO OSTENSIVO A PÉ na corporação. Sobre o tema, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O policiamento ostensivo a pé é executado preferencialmente em locais e horários movimentados, acessíveis ao reforço de outros Policiais Militares próximos ou patrulhas motorizadas e com o perfil de baixo risco de confronto.
- b) A utilização mais comum do Policiamento Ostensivo a pé é no policiamento de trânsito urbano, policiamento em centros comerciais, policiamento em escolas e policiamento em bairros.
- c) Há casos em que o Policiamento Ostensivo a pé por vários Policiais Militares (Patrulha) é feito em aglomerados urbanos com alto risco de confronto, devido à impossibilidade de acesso por viaturas.
- d) Durante o policiamento, o Policial Militar deve ficar atento também às oportunidades de interação com a comunidade, visando conhecer pessoas, locais e peculiaridades de sua área de patrulhamento, bem como coletar informações.
- e) A correção de postura e atitude do Policial Militar durante o Policiamento Ostensivo a pé transmitirá profissionalismo e atenção, por isso recomenda-se fumar quando estiver atendendo ocorrências com fumantes, e também é importante realizar as tarefas particulares que preocupam o policial no início do expediente de serviço, pois assim o policial conseguirá ficar mais atento à sua atividade no restante de seu turno.

14) De acordo com o Caderno de Estudos - PMSC MOBILE e Documentos Operacionais (2019), a Diretriz de Procedimento Permanente nº 37/2019/Comdo-Geral, a Portaria nº 085/GABS/SSP/2019 e o Procedimento Operacional Padrão nº 201.4.6 - Atendimento da Ocorrência de Lei Maria da Penha, analise a seguinte situação hipotética:

Sua guarnição foi abordada por uma mulher que relatou ser vizinha de um casal que estaria discutindo em via pública. Após comunicar à Central Regional de Emergência, a guarnição realizou a aproximação e ouviu o homem falar para a esposa que iria matá-la caso ela não enviasse, naquele momento, uma mensagem para o seu amigo de infância pedindo para esquecê-la. Diante do estado de flagrância, a guarnição abordou o rapaz e o identificou como sendo esposo da mulher que ameaçava. Ao ser questionado sobre a ameaça, falou que amava muito a esposa e que não aceitaria perdê-la para o amigo, por isso estaria decidido a acabar com a vida dela. A guarnição decidiu, então, por seguir com os passos previstos no POP 201.4.6 e chamou a vítima em separado e em segurança, oportunidade em que ela falou que já está casada com ele há cerca de dez anos e que realmente não deseja representar contra o esposo, pois estava convicta de que conseguiria contornar a situação em casa e não queria que ele fosse preso.

Diante deste cenário, analise as proposições abaixo e assinale a conduta **CORRETA** a ser tomada pelos policiais que atenderam a esta ocorrência:

- a) Trata-se de ocorrência que deve ser encerrada mediante a lavratura de BO-PA, pois o crime de ameaça no âmbito da Lei Maria da Penha é de ação pública incondicionada.
- b) Trata-se de ocorrência de crime de ameaça e que deve ser encerrada mediante a lavratura de BO-TC, devendo a vítima ser informada a cerca do prazo decadencial.
- c) Trata-se de ocorrência que deve ser encerrada como “resolvido no local”, uma vez que a vítima demonstrou estar segura em não querer representar contra o esposo.
- d) Trata-se de ocorrência de ameaça no âmbito da Lei Maria da Penha e que deve ser encerrada mediante a lavratura de BO-COP, não sendo necessário o acionamento da Polícia Civil.
- e) Trata-se de ocorrência que deve ser encerrada mediante a lavratura de BO-Outros para formalizar e para deixar consignado que a esposa decidiu por não representar.

15) Sua guarnição atende ocorrência de ameaça. No local constata que Feliciano de 17 anos e Pires de 18 anos discutiram em via pública e acabaram proferindo ameaças de morte, um contra o outro. Assim que os policiais chegam, ambos se acalmam, mas confirmam que proferiram ameaças mútuas e que desejam representar criminalmente.

Diante da situação hipotética apresentada e, de acordo com o Caderno de Estudos - PMSC MOBILE e Documentos Operacionais (2019), a Diretriz de Procedimento Permanente nº 37/2019/Cmdo-Geral, a Portaria nº 085/GABS/SSP/2019 e o Procedimento Operacional Padrão nº 201.4.13 - Atendimento da Ocorrência de Ameaça, assinale a conduta **CORRETA** a ser tomada pelos policiais que atenderam esta ocorrência, considerando que tenha ocorrido em um município que conta com Delegacias de área e com Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso (DPCAMI):

- a) Trata-se de ocorrência que deve ser encerrada mediante a lavratura de um BO-PA e ambos os autores apresentados somente a Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso (DPCAMI), a qual se responsabilizará pelos demais encaminhamentos, quando necessários.
- b) Trata-se de ocorrência que deve ser encerrada mediante a lavratura de um BO-PA e Pires, (autor adulto) deverá ser encaminhado para a Delegacia da área do fato, mas Feliciano (autor adolescente) deve ser encaminhado para a Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso (DPCAMI).
- c) Trata-se de ocorrência que deve ser encerrada mediante a lavratura de um BO-TC para Pires, pois trata-se de autor adulto e um BO-PA para Feliciano, pois este é adolescente.
- d) Trata-se de ocorrência que deve ser encerrada mediante a lavratura de um BO-TC para ambos os autores.
- e) Trata-se de ocorrência que deve ser encerrada mediante a lavratura de um BO-COP.

16) Com base na PORTARIA nº 085/GABS/SSP/2019, que disciplina a adoção de novas rotinas operacionais junto ao SISP, as medidas de vinculação de boletins de ocorrência, o alinhamento às diretrizes nacionais do SUSP, da PNSPDS e do SINESP, a qualificação de estatísticas e a gestão de conflitos de competência, mediante a integração de bancos de dados de interesse da Secretaria de Segurança Pública, das suas instituições e demais entes conveniados, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- I - Na hipótese de ocorrência de infração penal atendida pela Polícia Militar, com encaminhamento do autor, da vítima, de testemunhas ou de bens/objetos à Delegacia de Polícia Civil, o atendente Policial Civil deverá gerar novo BO, além do lavrado pela guarnição Policial Militar, inserindo dados e informações relevantes ao atendimento da Polícia Civil.
- II - Nas ocorrências de infração penal com encaminhamento de envolvidos e bens/objetos à Polícia Civil, obrigatoriamente, a guarnição da Polícia Militar deverá encerrar a ocorrência no PMSC Mobile, antes da apresentação destes na Delegacia de Polícia.
- III - Nas ocorrências em que houver a participação de menor de idade e adulto, a Polícia Militar fará o encaminhamento somente a uma Delegacia de Polícia, a qual se responsabilizará pelos demais encaminhamentos, quando necessários.

- a) Somente I está correta.
- b) Somente II está correta.
- c) Somente III está correta.
- d) I, II e III estão corretas.
- e) Somente II e III estão corretas.

17) De acordo com o CADERNO DE ESTUDOS - PMSC MOBILE E DOCUMENTOS OPERACIONAIS (2019), que aponta as vantagens da lavratura do BO-PMSC, podem ser consideradas vantagens obtidas da lavratura dos Boletins de Ocorrência pela PMSC, **EXCETO**:

- a) Celeridade no desfecho dos atendimentos policiais e redução do tempo de envolvimento das guarnições policiais nas ocorrências.
- b) Redução da sensação de impunidade, pois no local dos fatos todos terão o conhecimento dos desdobramentos e das implicações decorrentes, inclusive com a possibilidade de realizar o agendamento da audiência judicial.
- c) Ampliação do poder de decisão do Policial Militar atendente da ocorrência, ao qual foi dada a faculdade de realizar a mediação nas ocorrências, inclusive nos crimes de maior potencial ofensivo de ação pública incondicionada, desde que haja o consentimento de todos os envolvidos na ocorrência.
- d) Atendimento ao cidadão no local da infração, não havendo deslocamento até a delegacia para lavratura do Termo Circunstanciado.
- e) Valorização do trabalho policial, pois o policial se sente valorizado ao aplicar a sua autoridade policial diante das partes.

18) Com base na Diretriz de Procedimento Permanente nº 37/2019/Comdo G, acerca do Termo de Apreensão e de Depósito, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- I - Termo de APREENSÃO será sempre preenchido nos casos em que o material apreendido, utilizado na prática delituosa, é de origem lícita ou com valor agregado, servindo como recibo para o autor.
- II - O Termo de DEPÓSITO será preenchido apenas nos casos que haja necessidade de nomeação de Fiel Depositário, ou seja, quando o material apreendido for permanecer depositado sob responsabilidade do próprio autor ou terceiro. Não deverá ser preenchido quando o material for encaminhado à OPM.
- III - Também poderá ser utilizado o TERMO DE APREENSÃO nos casos de bens apreendidos em razão do exercício da polícia administrativa e recibo de bens de procedência legal com valor agregado.

- a) I, II e III estão corretas.
- b) Somente I está correta.
- c) Somente II está correta.
- d) Somente III está correta.
- e) I, II e III estão incorretas.

DIREITOS HUMANOS NA ATIVIDADE POLICIAL

19) Assinale a alternativa **CORRETA**, com base na obra A Eficácia dos Direitos Fundamentais de 2011, do autor Ingo Wolfgang Sarlet:

- I - A dignidade da pessoa humana é um princípio inalienável, porém passível de renúncia.
- II - O elemento nuclear da dignidade da pessoa humana, segundo a Organização das Nações Unidas e doutrina majoritária, é primordialmente a autonomia e o direito de autodeterminação da pessoa.
- III - A proibição de pena de morte e tortura decorrem do princípio da dignidade da pessoa humana.

- a) Somente a assertiva III está correta.
- b) As assertivas I, II e III estão corretas.
- c) Somente a assertiva I está correta.
- d) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- e) Somente as assertivas II e III estão corretas.

20) Assinale a alternativa **CORRETA**, com base no livro Direitos Humanos: Coisa de Polícia, de 2003, do autor Ricardo Brisolla Balestreri:

- a) Na visão do autor, o trabalho policial e a defesa aos direitos humanos são posições antagônicas.
- b) As ações de segurança pública no âmbito das corporações policiais são antagônicas à defesa dos direitos humanos.
- c) Ao tratar do 'protagonismo policial', o autor conceitua como sendo o respeito que a polícia deve ter em relação aos direitos humanos.
- d) O policial, por sua posição e, em função da sua autoridade moral, possui potencial para ser um importante promotor dos direitos humanos.
- e) Nenhuma alternativa está correta.

21) Assinale a alternativa **CORRETA**, com base na obra A Eficácia dos Direitos Fundamentais de 2011, do autor Ingo Wolfgang Sarlet:

- I - Em termos didáticos e conceituais, as expressões "direitos do homem", "direitos humanos" e "direitos fundamentais" são sinônimas.
- II - Em regra, os direitos fundamentais têm melhores condições de aplicação efetiva do que os direitos humanos.
- III - "Direitos humanos" e "direitos fundamentais" possuem conceitos distintos. Enquanto este está protegido no âmbito interno, insculpido na Constituição de cada Estado, aquele está positivado na esfera do direito internacional.

- a) As assertivas I, II e III estão corretas.
- b) Somente as assertivas II e III estão corretas.
- c) Somente a assertiva I está correta.
- d) Somente as assertivas I e III estão corretas.
- e) Somente a assertiva III está correta.

22) De acordo com Ricardo Brisolla Balestreri, no que tange à Cidadania, Dimensão Primeira, assinale a alternativa **CORRETA**:

I - O policial é, antes de tudo, um agente público, e no exercício de sua função deve pautar sua razão de ser: Diferente de todos os membros da comunidade, em direito e deveres, certo de que carrega consigo as prerrogativas de ser agente público.

II - A condição de cidadania é, portanto, condição primeira, tornando-se bizarra qualquer reflexão fundada sobre suposta dualidade ou antagonismo entre uma “sociedade civil” e outra (ainda que não declaradamente) “sociedade policial”.

III - A sequela de uma “doutrina militar” (decorrente da mesclagem ideológica com as forças armadas), imiscuídas indevidamente, naqueles anos, nos meios policiais, não apenas militares, mas também civis se confunde, em muito, com a bela e competente “estética militar” que hoje orienta um ramo de nossas forças de segurança pública (e que poderá continuar orientando, mesmo em um futuro possível de polícia única).

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Apenas estão corretos os I e II.
- d) Apenas o item III está correto.
- e) Estão corretos os itens II e III.

23) De acordo com Alexandre de Moraes, em sua obra Direitos Humanos Fundamentais, em relação ao sistema da garantia legislativa, assinale a alternativa **CORRETA**:

I - O princípio da legalidade é de abrangência mais restrita. Por ele fica certo que qualquer comando jurídico impondo comportamentos forçados há de provir de regra geral.

II - Por outro lado encontramos o princípio da reserva legal, este opera de maneira diversa. Ele não é específico e concreto, mas abstrato.

III - Conforme citação na obra de Alexandre de Moraes, José Afonso da Silva nos ensina que a doutrina não raramente confunde ou distingue suficientemente o princípio da legalidade e o da reserva legal. O primeiro significa a submissão e o respeito à lei, ou a atuação dentro da esfera estabelecida pelo legislador. O segundo consiste em estatuir que a regulamentação de determinadas matérias há de fazer-se necessariamente por lei formal.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) Apenas os itens I e III estão corretos.
- e) Apenas os itens II e III estão corretos.

24) De acordo com o previsto na Lei nº 11.343/2006 (Lei do SISNAD), assinale a alternativa **CORRETA** sobre a internação voluntária de dependentes de drogas:

- a) Será indicada depois da avaliação sobre o tipo de droga utilizada, o padrão de uso e na hipótese comprovada da impossibilidade de utilização de outras alternativas terapêuticas previstas na rede de atenção à saúde.
- b) Deve ser realizada após a formalização da decisão por médico responsável.
- c) Seu término dar-se-á por determinação do médico responsável ou por solicitação escrita da pessoa que deseja interromper o tratamento.
- d) A família ou o representante legal poderá, a qualquer tempo, requerer ao médico a interrupção do tratamento.
- e) Perdurará apenas pelo tempo necessário à desintoxicação, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, tendo seu término determinado pelo médico responsável.

25) De acordo com o previsto no Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal), artigo 302, "Considera-se em flagrante delito quem":

- I - Está cometendo a infração penal.
- II - Acaba de cometê-la.
- III - É perseguido, logo depois, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.
- IV - É encontrado, logo após, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

Assinale abaixo a sequência **CORRETA**:

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I, II e III.
- c) Apenas I, II e IV.
- d) Apenas II e III.
- e) Apenas I e IV.

26) De acordo com o previsto no Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal), assinale a alternativa **CORRETA** sobre inquérito policial:

- a) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito policial caberá recurso para o poder judiciário.
- b) Nos crimes de ação penal privada, o inquérito policial pode ser iniciado de ofício.
- c) Nos crimes em que a ação pública depender de representação, o inquérito policial não poderá sem ela ser iniciado.
- d) O inquérito policial deverá terminar no prazo de 30 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante.
- e) A autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito policial.

27) Conforme previsto no Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), acerca dos crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Configura-se o crime de extorsão o fato do agente destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia.
- b) Configura-se o crime de furto o fato do agente transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte.
- c) Configura-se o crime de roubo o fato do agente constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixe de fazer alguma coisa.
- d) Configura-se o crime de estelionato o fato do agente enganar, no exercício de atividade comercial, o adquirente ou consumidor vendendo, como verdadeira ou perfeita, mercadoria falsificada.
- e) Configura-se o crime de apropriação indébita o fato do agente apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse.

28) Conforme previsto no Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal), assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes a instauração de inquérito contra os requerentes.
- b) A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade.
- c) Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- d) Se necessário à prevenção e à repressão dos crimes relacionados ao tráfico de pessoas e drogas, o membro do Ministério Público ou o delegado de polícia poderão requisitar às empresas prestadoras de serviço de telecomunicações e/ou telemática que disponibilizem imediatamente os meios técnicos adequados - como sinais, informações e outros - que permitam a localização da vítima ou dos suspeitos do delito em curso.
- e) O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

29) Sobre as medidas administrativas previstas na Lei nº 9.503/97 - CTB, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A ordem, o consentimento, a fiscalização, as medidas administrativas e coercitivas adotadas pelas autoridades de trânsito e seus agentes terão por objetivo prioritário a proteção à vida e à incolumidade física da pessoa.
- b) Não sendo possível sanar a falha no local da infração, o veículo sempre deverá ser liberado e entregue a condutor regularmente habilitado, mediante recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual, contra apresentação de recibo, assinalando-se prazo razoável ao condutor para regularizar a situação, para o que se considerará, desde logo, notificado.
- c) No caso de liberação de veículo para regularização mediante recolhimento do Certificado de Licenciamento Anual (CLRV), este documento será devolvido ao condutor no órgão ou entidade aplicadores das medidas administrativas, tão logo o veículo seja apresentado à autoridade devidamente regularizado.
- d) A critério do agente, não se dará a retenção imediata, quando se tratar de veículo de transporte coletivo transportando passageiros ou veículo transportando produto perigoso ou perecível, desde que ofereça condições de segurança para circulação em via pública.
- e) Não caberá remoção do veículo nos casos em que a irregularidade puder ser sanada no local da infração.

30) Em relação à Lei 9.503/97 - CTB e à Resolução do CONTRAN nº 432/2013, que *dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas autoridades de trânsito e seus agentes na fiscalização do consumo de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência*, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Qualquer concentração de álcool por litro de sangue ou por litro de ar alveolar sujeita o condutor às penalidades previstas no art. 165, respeitando-se as margens de tolerância quando a infração for apurada por meio de aparelho de medição, observada a legislação metrológica.
- b) Todo condutor de veículo automotor, envolvido em acidente de trânsito ou que for alvo de fiscalização de trânsito, apenas sob suspeita de dirigir sob a influência de álcool será submetido a testes de alcoolemia, exames clínicos, perícia ou outro exame que, por meios técnicos ou científicos, em aparelhos homologados pelo CONTRAN, permitam certificar seu estado.
- c) A infração prevista no art. 165 do CTB não poderá ser caracterizada mediante imagem, vídeo, constatação de sinais que indiquem, na forma disciplinada pelo Contran, alteração da capacidade psicomotora ou produção de quaisquer outras provas em direito admitidas.
- d) Em caso de realização de teste do etilômetro durante Operação de Comando de Trânsito que apresente Medição realizada de 0,34mg/L, tendo como Valor considerado 0,30mg/L, caberá ao Policial Militar apenas a lavratura de auto de infração de trânsito com fundamento no artigo 165 do CTB, sem desdobramento criminal.
- e) O teste de etilômetro com medição realizada igual a 0,05 miligrama de álcool por litro de ar alveolar expirado (0,05 mg/L), não implicará na lavratura de auto de infração de trânsito pelo artigo 165 do CTB.

31) De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9503/97), analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- I - Os usuários das vias terrestres devem abster-se de todo ato que possa constituir perigo ou obstáculo para o trânsito de veículos, de pessoas ou de animais, ou ainda causar danos a propriedades públicas ou privadas.
- II - As Jaris são órgãos colegiados, componentes do Sistema Nacional de Trânsito, responsáveis por encaminhar aos órgãos e entidades executivos de trânsito e executivos rodoviários informações sobre problemas observados nas autuações e apontados em recursos, e que se repitam sistematicamente.
- III - Compete ao DETRAN indicar um representante para compor a comissão examinadora de candidatos portadores de deficiência física à habilitação para conduzir veículos automotores.
- IV - É correto ultrapassar outro veículo em movimento somente pela esquerda, obedecendo às normas de sinalização, exceto quando o veículo a ser ultrapassado estiver em alta velocidade.

- a) Todas as afirmações estão incorretas.
- b) Apenas as afirmações I e III estão corretas.
- c) Apenas as afirmações III e IV estão corretas.
- d) Apenas as afirmações I e II estão corretas.
- e) Apenas as afirmações I e IV estão corretas.

32) Com base no Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/97, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O proprietário poderá, mesmo sem autorização da autoridade competente, fazer ou ordenar que sejam feitas no veículo modificações de suas características de fábrica.
- b) O responsável pela implantação da sinalização, respondendo pela sua falta, insuficiência ou incorreta colocação é o CONTRAN.
- c) A competência para autorizar, em caráter experimental e por período prefixado, a utilização de sinalização não prevista no Código de Trânsito Brasileiro é do CETRAN.
- d) Aos guindastes autopropelidos ou sobre caminhões poderá ser concedida, pela autoridade com circunscrição sobre a via, autorização especial de trânsito, com prazo de doze meses, atendidas as medidas de segurança consideradas necessárias.
- e) Os veículos de transporte coletivo de passageiros poderão ser dotados de pneus extralargos.

33) Assinale a alternativa **INCORRETA**. Considerando o teor da Lei Complementar nº 614/2013 e suas alterações e da Lei estadual nº 6.218/1983 e suas alterações, para fins de recebimento da IRESA, não se considera como de efetivo serviço o período em que o militar se encontrar afastado:

- a) Em usufruto de férias.
- b) Dispensado do serviço a título de recompensa.
- c) Para frequentar curso de formação/aperfeiçoamento no centro de ensino da Corporação.
- d) Dispensado do serviço em decorrência de prescrição médica.
- e) Afastado para o exercício de mandato eletivo federal.

34) Considerando o teor do Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina (Lei estadual nº 6.218/1983) e suas alterações, sobre a licença especial, é **INCORRETO** afirmar que:

- a) A licença especial não é prejudicada pelo gozo anterior de qualquer licença para tratamento de saúde e para que sejam cumpridos atos de serviço, bem como não anula o direito aquelas licenças.
- b) Após cada quinquênio de serviço público, o Policial Militar fará jus à licença especial, pelo período de três meses, sem que implique em qualquer restrição à sua carreira.
- c) Uma vez concedida a licença especial, de forma integral, o Policial Militar será exonerado do cargo ou dispensado das funções que estiver exercendo e ficará à disposição da OPM e OBM onde servir.
- d) Os períodos de licença especial não gozadas pelo Policial Militar são computados em dobro para fins exclusivos de contagem de tempo para inatividade, e nesta situação, para todos os efeitos legais.
- e) O período de licença especial não interrompe a contagem de tempo de efetivo serviço.

35) De acordo com o teor do Decreto Estadual nº 12.112/1980 e suas alterações, sobre as causas de justificação, assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Nos casos de ignorância, plenamente comprovada, desde que não atente contra o decoro da classe.
- b) Ter sido cometida a transgressão em legítima defesa, própria ou de outrem.
- c) Ter sido cometida a transgressão pelo uso imperativo de meios violentos a fim de compelir o subordinado a cumprir rigorosamente o seu dever, no caso de perigo, necessidade urgente, calamidade pública, manutenção da ordem e da disciplina.
- d) Ter sido cometida a transgressão na prática de ação meritória, no interesse do serviço ou da ordem pública.
- e) Ter havido motivo de força maior, plenamente comprovado e justificado.

36) Com base na Constituição Federal de 1988 e no Decreto nº 12.112/80 Regulamento Disciplinar da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- I - Os policiais militares que assinam uma petição coletiva endereçada ao comandante de sua unidade não incidem em conduta prevista como transgressão disciplinar.
- II - A Constituição Federal autoriza a prisão em caso de transgressão disciplinar militar. No entanto, esse instituto não possui previsão no RDPMSC.
- III - A Constituição Federal estabelece que o militar, enquanto em serviço ativo, não pode estar filiado a partidos políticos. O RDPMSC, por seu turno, prevê como conduta ilícita aos Policiais Militares a participação fardado em manifestações políticas.
- IV - Conforme o RDPMSC, as ordens devem ser prontamente obedecidas. Não cabe ao executante, que exorbitar no cumprimento de ordem recebida, a responsabilidade pelos excessos e abusos que cometer.

- a) Somente I está correta.
- b) Somente II e IV estão erradas.
- c) Somente III e IV estão corretas.
- d) Somente I e III estão corretas.
- e) Somente I, II e IV estão erradas.

37) A remuneração dos policiais militares catarinenses na atualidade se dá por meio de subsídio, conforme previsão da Lei Complementar nº 614/13. Esse diploma prevê, ainda, em seu art. 6º, § 1º, o pagamento da *"Indenização por Regime Especial de Serviço Ativo visa compensar o desgaste físico e mental a que estão sujeitos os titulares dos cargos de que trata esta Lei Complementar em razão da eventual prestação de serviço em condições adversas de segurança, com risco à vida, disponibilidade para cumprimento de escalas de serviço, horários irregulares, horário noturno e chamados a qualquer hora e dia."*, conhecida por IRESA.

Com base na Lei nº 6.218/83 - Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina e na Lei Complementar nº 614/13, que fixa o subsídio mensal dos Militares Estaduais, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

- I - O pagamento da IRESA está condicionado ao militar não se encontrar afastado a qualquer título, período em que, para efeitos da LC nº 614/13, estará em efetivo serviço.
- II - A expressão efetivo serviço utilizada na LC nº 614/13 ao tratar da IRESA não pode ser confundida com o tempo de efetivo de serviço previsto no Estatuto da PMSC.
- III - Nas hipóteses, legalmente admitidas, em que o militar estadual obtém o direito de ausentar-se de parte da sua jornada diária de trabalho, o pagamento da IRESA será proporcional a jornada efetivamente trabalhada.
- IV - O Coronel PM, ao ingressar na inatividade, perceberá proventos correspondentes ao subsídio de seu próprio posto, acrescido do percentual de 19,25%.

- a) Somente IV está incorreta.
- b) Somente II e IV estão incorretas.
- c) Somente II está incorreta.
- d) Somente I e III estão corretas.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

38) Consoante o art. 130 da Lei nº 6.218/83 - Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina, "A deserção do Policial Militar acarreta interrupção do serviço Policial Militar com a consequente demissão 'ex-offício', para o oficial ou exclusão do serviço ativo para a praça".

Acerca do tema, com base no diploma legal supramencionado, analise as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

I - A demissão do Oficial desertor processar-se-á após 1 (um) ano de agregação, se não houver captura ou apresentação voluntária antes desse prazo.

II - O Policial Militar será agregado quando for afastado, temporariamente, do serviço ativo por motivo de haver sido esgotado o prazo que caracteriza o crime de deserção previsto no Código Penal Militar, se Oficial ou Praça com estabilidade assegurada.

III - É considerado desaparecido o Policial Militar que no desempenho de qualquer serviço, em viagem, em operações policiais militares, ou em caso de calamidade pública, tiver paradeiro ignorado por mais de 8 (oito) dias, desde que não haja indícios de deserção.

IV - A praça sem estabilidade assegurada será automaticamente excluída após oficialmente declarada desertora.

- a) Somente II e IV estão corretas.
- b) Somente I, II e III estão corretas.
- c) Somente I, II e IV estão corretas.
- d) Somente II, III e IV estão corretas.
- e) Todas as alternativas estão corretas.

TÓPICOS DE DIREITO PENAL MILITAR E PROCESSUAL MILITAR

39) Conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.002/69 (Código de Processo Penal Militar), assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Se o Ministério Público as considerar procedentes, dirigir-se-á à autoridade judicial militar para que esta proceda às diligências necessárias ao esclarecimento do fato, instaurando inquérito, se houver motivo para esse fim.
- b) A denúncia deve ser apresentada sempre que houver prova de fato que, em tese, constitua crime e indícios de autoria.
- c) Mesmo discordando da solução dada ao inquérito, a autoridade que o delegou não poderá avocá-lo e dar solução diferente.
- d) O inquérito será encerrado com relatório, em que o seu escrivão mencionará as diligências feitas, as pessoas ouvidas e os resultados obtidos, com indicação do dia, hora e lugar onde ocorreu o fato ilícito, e em conclusão, dirá se há indício de crime ou infração disciplinar a punir, pronunciando-se, neste último caso, justificadamente, sobre a conveniência da prisão temporária do indiciado.
- e) No caso de ter sido delegada a atribuição para a abertura do inquérito, o escrivão enviá-lo-á ao encarregado, para que lhe homologue ou não a solução, aplique penalidade, no caso de ter sido apurada infração disciplinar, ou determine novas diligências.

40) Conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.001/69 (Código Penal Militar), assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) As penas principais do Código Penal Militar são detenção; reclusão; prisão; reforma; impedimento; suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função e morte.
- b) A reincidência é uma circunstância que sempre agrava a pena, quando não integrantes ou qualificativas do crime.
- c) Na prática de crime de autoria coletiva necessária, reputam-se cabeças os que dirigem, provocam, instigam ou excitam a ação.
- d) São circunstâncias que sempre atenuam a pena o fato de o agente ser menor de vinte e um anos ou maior de sessenta e cinco anos.
- e) Quando o crime é cometido por inferiores e um ou mais oficiais, são estes considerados cabeças, assim como os inferiores que exercem função de oficial.

41) Conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.001/69 (Código Penal Militar), assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Não é imputável o agente que, por embriaguez completa proveniente de caso fortuito ou força maior, ao tempo da ação ou da omissão, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) A pena que tenha de ser aumentada ou diminuída, de quantidade fixa ou dentro de determinados limites, é a que o juiz aplicaria, se não existisse a circunstância ou causa que importa o aumento ou diminuição.
- c) O fato de estar em serviço não é uma circunstância que sempre agrava a pena, quando não integrantes ou qualificativas do crime.
- d) Se o agente confessar espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime, ignorada ou imputada a outrem, não terá considerada tal confissão como uma circunstância que atenua a pena.
- e) Há crime continuado quando se tratar de fatos ofensivos de bens jurídicos inerentes à pessoa, salvo se as ações ou omissões sucessivas são dirigidas contra a mesma vítima.

42) Conforme a Lei Complementar nº 339, de 08 de março de 2006, que dispõe sobre a Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências, marque a alternativa **CORRETA**:

- a) Na sessão de julgamento é dispensável a presença de todos os integrantes do respectivo Conselho de Justiça.
- b) O Juiz de Direito presidente do Conselho Especial e do Conselho Permanente de Justiça promoverá a escolha pela antiguidade dos militares que os integrarão e de seus respectivos suplentes.
- c) Na composição do Conselho de Justiça Militar observar-se-á, no que for aplicável, o disposto na legislação penal comum e no Código de Processo Penal.
- d) A Justiça Militar de Santa Catarina será exercida em primeiro grau, com jurisdição em todo o Estado e sede na Capital, por Juiz de Direito e pelos Conselhos de Justiça.
- e) O Conselho Permanente e o Conselho Especial serão integrados por militares com o posto de Tenente, no mínimo.

43) Segundo o Decreto-Lei nº 1.002/69 (Código de Processo Penal Militar) assinale a alternativa **INCORRETA**, acerca do suprimento aos casos omissos da Lei Processual Penal Militar e sua aplicação:

- a) Os casos omissos no Código de Processo Penal Militar serão supridos pela jurisprudência.
- b) Os casos omissos no Código de Processo Penal Militar serão supridos pela legislação de processo penal comum, quando aplicável ao caso concreto e sem prejuízo da índole do processo penal militar.
- c) Os casos omissos no Código de Processo Penal Militar serão supridos pelos princípios específicos de direito.
- d) Os casos omissos no Código de Processo Penal Militar serão supridos pelos usos e costumes militares.
- e) Os casos omissos no Código de Processo Penal Militar serão supridos pela analogia.

44) Sobre os crimes em tempo de paz definidos no art. 9º do Decreto-Lei nº 1.001/69 (Código Penal Militar), assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) Comete o crime de condescendência criminosa o Policial Militar que por indulgência deixa de responsabilizar subordinado que comete infração no exercício do cargo.
- b) Comete o crime de concussão o Policial Militar que exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem indevida em atendimento de ocorrência policial.
- c) Comete o crime de peculato o Policial Militar que se apropria de dinheiro público de que tem a posse, em razão do cargo.
- d) Comete o crime de desacato a superior, o subordinado que lhe ofende a dignidade ou o decoro.
- e) Comete o crime de corrupção passiva o Policial Militar que solicita, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, vantagem indevida em atendimento de ocorrência policial.

45) De acordo com o previsto no Manual de Padronização e Redação dos Atos Oficiais de Santa Catarina, 3ª. ed. rev. e atual., 2013, especificamente a respeito da forma de encerramento das correspondências previstas no citado manual, analise as proposições abaixo a assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A forma de encerramento “*Cordialmente*” deve ser utilizada para comunicações endereçadas a autoridades de igual hierarquia ou de hierarquia inferior em relação ao emissor.
- b) A forma de encerramento “*Atenciosamente*” deve ser utilizada para comunicações endereçadas a autoridades de igual hierarquia ou de hierarquia inferior em relação ao emissor e a particulares.
- c) A forma de encerramento “*Respeitosamente*” deve ser utilizada para comunicações endereçadas a autoridades de igual hierarquia ou de hierarquia inferior em relação ao emissor, com exceção dos particulares.
- d) Em um requerimento pessoal redigido por um Sargento da Polícia Militar de Santa Catarina, no exercício de suas funções, direcionado a um Capitão PM, o qual exerce a função de Comandante de Companhia, o encerramento da correspondência confeccionada pelo Sargento deverá ser “*Atenciosamente*”, conforme prescrição do Manual de Padronização e Redação dos Atos Oficiais de Santa Catarina, 3ª. ed. rev. e atual., 2013, considerando-se a hierarquia entre emissor e receptor da mensagem.
- e) A forma de encerramento “*Respeitosamente*” deve ser utilizada sempre que o emissor da mensagem for de hierarquia superior em relação ao receptor. Nesta levada, em uma nota eletrônica assinada por um Sargento PM (emissor) e endereçada a um Cabo PM (receptor), utilizar-se-á a citada forma de encerramento, reprise-se: “*Respeitosamente*”.

46) De acordo com o previsto no Manual de Padronização e Redação dos Atos Oficiais de Santa Catarina, 3ª. ed. rev. e atual., 2013, especificamente, a respeito da colocação das formas pronominais oblíquas, analise as proposições abaixo a assinale a alternativa redigida de maneira **INCORRETA**:

- a) Em se tratando de legislação institucional, João é o Policial Militar mais apto a lecionar esta disciplina para o Curso de Formação de Sargentos.
- b) Ao ingressar na Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, prometo dedicar-me inteiramente ao seu serviço.
- c) Demonstrou-lhes as técnicas mais atuais em termos de abordagem de pessoas.
- d) Alguém te informou a respeito da reunião que ocorrerá no início do expediente?
- e) Adotar-se-á novo modelo de fardamento a partir do próximo ano.

47) Considerando o previsto no Manual de Padronização e Redação dos Atos Oficiais de Santa Catarina, 3ª. ed. rev. e atual., 2013, especificamente quanto às características da redação oficial, analise as proposições abaixo e assinale aquela redigida **CORRETAMENTE**:

- a) Os Subtenentes e Sargentos auxiliam e complementam as atividades dos Oficiais, caracterizando-se como elo de ligação entre os Oficiais e os demais membros da tropa.
- b) O Comandante Geral da Polícia Militar informou ao Ten Cel PM Comandante do 35º BPM a respeito de sua transferência quando estavam em sua sala.
- c) Vimos através deste informar a respeito de que seu tempo de serviço total é de 30 anos de efetivo serviço na Polícia Militar de Santa Catarina, estando apto para ingressar na reserva remunerada.
- d) Paulo, ao conversar com Saulo, falou a este, enquanto jantavam na casa daquele, para que continuasse estudando com afinco, pois, somente desta forma, poderá conquistar a tão almejada aprovação no processo seletivo para o Curso de Formação de Sargentos.
- e) O instrutor explicou todo o conteúdo para a avaliação em detalhes minuciosos.

48) De acordo com o Manual de padronização e redação dos atos oficiais (SANTA CATARINA, 2013), acerca da Concordância Verbal, assinale a alternativa gramaticalmente **INCORRETA**:

- a) O sargento e o cabo chegaram juntos ao Batalhão.
- b) O sargento Tião ou o sargento Pereira assumirão a função de ronda.
- c) Servir e proteger é o lema da Polícia Militar.
- d) Mais de um soldado faltou ao serviço.
- e) Cerca de dez policiais foram transferidos nesse ano.

49) De acordo com o Manual de padronização e redação dos atos oficiais (SANTA CATARINA, 2013), extrai-se que a **OBJETIVIDADE** e a **CLAREZA** são aspectos muito relevantes para que se alcance a expressão exata de um pensamento, de modo a facilitar a compreensão da mensagem, utilizando-se a linguagem técnica somente em situações específicas. Neste sentido, para que haja uma comunicação clara, **DEVE-SE**, entre outras medidas:

- a) Ignorar o padrão culto de linguagem.
- b) Utilizar redundâncias.
- c) Utilizar vocábulos de circulação restrita sempre.
- d) Observar rigorosamente a correção gramatical.
- e) Primar pela pessoalidade.

50) De acordo com o Manual de padronização e redação dos atos oficiais (SANTA CATARINA, 2013), acerca dos defeitos a serem evitados, elencados na coluna da esquerda, marque a alternativa que correlacione corretamente seus respectivos significados elencados na coluna da direita:

I) Ambiguidade	A) Repetição de sons idênticos ao final de palavras próximas.
II) Pleonasma ou redundância	B) Frases ou expressões antiquadas que são dignas de prejudicar a concisão e a eficácia da comunicação oficial.
III) Eco	C) Vício de linguagem consistente na formação de palavra inadequada ao contexto, por ser ridícula ou inconveniente. Resulta da combinação de palavras ou sílabas de palavras escritas em sequência.
IV) Cacofonia	D) Repetição desnecessária de termos ou ideias.
V) Chavões	E) Verifica-se quando a frase apresenta dupla interpretação. Pode ser lexical (decorrente da má colocação das palavras) ou sintática (decorrente da má pontuação e estruturação da frase).

A respectiva ordem correta está contida na alternativa:

- a) I-D, II-B, III-A, IV-E, V-C.
- b) I-B, II-A, III-E, IV-C, V-D.
- c) I-E, II-A, III-C, IV-B, V-D.
- d) I-E, II-A, III-C, IV-D, V-B.
- e) I-E, II-D, III-A, IV-C, V-B.